

ASSEMBLEIA GERAL ONLINE

9 de fevereiro,
quarta-feira, às 10h

PAUTA: REGIMENTO ELEITORAL DO SINTUFRJ

Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVII - Nº 1358

7 a 13 de fevereiro de 2022

www.sintufrj.org.br

DEBATE REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

TRABALHO EXTERNO



Joana de Angelis
Coord. Sintufrj
Coord. do GT-IN65



Roberto Gambine
Membro do GT-IN65

Faça sua inscrição no site
PARTICIPE!

7/2
segunda/14h



Ebserh: Reitoria não tem cheque em branco

No último dia 3 de fevereiro, a reitoria da UFRJ reuniu-se com o ministro da Educação e com representantes da Ebserh. Na agenda do ministro, o encontro foi registrado como “adesão de universidade”.

Embora o Consuni tenha autorizado a abertura de negociações com a Ebserh, é preciso lembrar que a resolução não foi um cheque em branco. A proposta de contrato deverá ser analisada pela comunidade universitária e aprovada pelo Consuni.

Cabe ressaltar que o orçamento da empresa para 2022 já sofreu um corte de 100 milhões de reais. Ou seja, a entrada da UFRJ se dará em um cenário de escassez de recursos.

É fundamental que o processo de discussão com o governo federal e a empresa tenha o máximo de transparência, disponibilizando todas as informações para o debate interno.

O Sintufrj acredita que as tratativas para a contractualização deixarão muito expostas as contradições da Ebserh. É um equívoco político a abertura de tratativas com um governo inimigo das universidades, do SUS e dos servidores públicos, além de um risco tremendo para a autonomia universitária – a Ebserh é um dos milhares de postos do governo Bolsonaro que é comandado por um militar.

Para nós, do Sintufrj, não existe salvação para as universidades que não passe pela derrota do governo Bolsonaro. Acreditar que é possível “fatiar” problemas sistêmicos e resolvê-los “por partes” fragmenta e dispersa nossa capacidade de resistência.

Seguiremos em luta contra a Ebserh e o governo Bolsonaro, e em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.

RETORNO SEGURO

O avanço da ômicron reacende preocupações quanto ao retorno presencial na UFRJ. As unidades estão preparadas para essa volta?

Para garantir que as condições de trabalho estejam adequadas aos parâmetros definidos pelo GT Científico da UFRJ, o SintufRJ realizará debates nos locais de trabalho, conforme deliberou a assembleia da categoria no dia 1º de fevereiro.

O documento “Diretrizes para o Retorno Gradativo Presencial”, divulgado pela Reitoria e produzido sob a orientação da Coordenação do GT Pós-Pandemia, orienta os gestores de unidades a formularem um plano de retorno às atividades presenciais e submetê-lo à Congregação.

O plano deve ser inserido num repositório virtual (o link está nas diretrizes) e publicado em site para divulgação ampla, e encaminhados à Reitoria.

O que deve constar nos planos

Entre o que deve ser observado pelos gestores, segundo as diretrizes, estão: verificar se há necessidade de alterações de layout para garantir o distanciamento interpessoal

de 1,5 metro ou a adoção de cartazes em cada ambiente com informações sobre o grau de risco, os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários e a lotação máxima dos espaços.

As diretrizes também orientam para a avaliação das condições ambientais dos setores antes do retorno por meio da aplicação web Espaço Seguro UFRJ (<https://espacoseguro.ufrj.br/>) – sistema de classificação dos espaços com relação ao risco de contágio. A avaliação pode ser

feita também por equipe de biossegurança da Divisão de Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalhador (DVSST/PR-4).

Tarefa dos gestores: apresentar plano e fiscalizar seu cumprimento

O plano de cada unidade deve conter, por exemplo, o número máximo de ocupantes dos

espaços, com base em avaliação; informar os serviços (pequenas reformas e reparos) necessários à adequação dos espaços para atender aos critérios de biossegurança; horários, autorizações, atividades e outros aspectos que regulem o uso de museus e bibliotecas, banheiros e vestiários, refeitórios e locais de atividades administrativas, como secretarias, setores de manutenção, almoxarifado.

Orientação ao servidor

A Reitoria solicitou, segundo Fátima Bruno, coordenadora do GT Pós-

-Pandemia, que todas as áreas fizessem seu plano de retorno (de responsabilidade do gestor) com base nas normas de segurança, que devem ser informadas aos servidores.

Fátima orienta que, ao retornar ao modo presencial, o servidor deve se reportar à chefia para saber como foi a organização do ambiente ou como está a escala de trabalho (no caso de necessidade de rodízio). Ela chama também a atenção para a necessidade de comprovação do esquema vacinal completo.



UNIDADES devem obedecer aos cuidados sanitários para abrigar servidores

TRABALHO NA UFRJ

Debate aprofunda discussão sobre reorganização da jornada e trabalho externo

Nesta segunda-feira, 7 de fevereiro, às 14h, a direção do Sintufjrj dará continuidade à discussão iniciada em 2018 sobre a necessidade de reorganização da jornada de trabalho e 30 horas, mas acrescida da urgência de regulamentação do trabalho externo. Participarão do debate, on-line, a coordenadora de Educação, Cultura e Formação Sindical do Sindicato, Joana de Angelis, e o ex-pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine. Faça sua inscrição e participe, companheira e companheiro.

Histórico

Desde 2018, o Sintufjrj discute com a categoria propostas para a reorganização da jornada de trabalho e 30 horas. Em setembro daquele ano a direção sindical realizou, inclusive, um seminário para debater amplamente o tema com a categoria, após várias reuniões em unidades. O evento contou com a participação do pró-reitor de Pessoal à época, Agnaldo Fernandes, de uma dirigente do Sintuff e de um coordenador da Fasubra.

Conforme resumiu na ocasião a coordenadora do Sintufjrj Noemi Andrade, “a reorganização do trabalho na universidade é

uma luta histórica da categoria”, e complementou:

“O acórdão do Tribunal de Contas da União nº 2.729/2017, que obriga o uso de controle de ponto eletrônico, tentou descaracterizar toda a importância do trabalho realizado cotidianamente pelos servidores públicos, com a intenção de mostrar à população que nós não trabalhamos o suficiente. Nossa instituição, por exemplo, trabalha 24 horas por dia, com pesquisa, execução de projetos e programas e com o público. Ou seja, as tarefas desempenhadas pelos técnicos-administrativos e docentes vão muito além das salas de aula. Muitos trabalhadores cumprem carga horária que ultrapassa à estipulada pelo Ministério do Trabalho.”

Para a coordenadora Joana de Angelis, “a forma como estamos organizados – individualmente e compartimentalizados – possibilita o assédio moral. Cada um cuida do seu horário, seu trabalho e não existe cooperação. Isso faz crescer o arbítrio. Atuando de forma coletiva e organizada, iremos eliminar, e muito, o assédio moral, otimizaremos nosso trabalho e teremos mais qualidade de vida”.



SERVIDORES EM AÇÃO na Biblioteca do CCS: essenciais para a UFRJ

Regulamentação do trabalho externo

O Conselho Universitário (Consuni) está devendo aos servidores uma Resolução normatizando o trabalho externo na universidade. O GT criado pelo colegiado para elaborar propostas à Instrução Normativa (IN) 65 do governo federal, em 2020, concluiu que a UFRJ está fora dos enquadramentos necessários pela definição de teletrabalho

proposta pela IN, e que já possui programação de gestão, que é o PDI (Programa de Desenvolvimento Institucional).

De acordo com Joana de Angelis, coordenadora do GT e membro da bancada técnico-administrativa no Consuni, os integrantes do grupo de trabalho (Pró-Reitoria de Pessoal, direções dos campi, decanos e bancada técnico-administrativa no Consuni), fazendo uso da autonomia universi-

tária, indicam que seja construída e aprovada pelo colegiado uma Resolução normatizando o trabalho externo na universidade.

“Além de regulamentar esse tipo de trabalho que já é realizado na universidade, contemplaríamos os que desejam continuar o seu trabalho à distância após a pandemia”, justificou a dirigente à proposta do GT.

SERVIDORES INTENSIFICAM MOBILIZAÇÃO

Trabalhadores se articulam na luta por reposição salarial

A volta do ano legislativo no dia 2 de fevereiro foi marcada por protestos dos servidores públicos federais, que se mobilizaram em frente ao Ministério da Economia, em Brasília, para reivindicar reposição salarial linear imediata de 19,99% para todas as categorias. O protesto objetivou alavancar a campanha salarial unificada deste ano com indicativo de greve a partir de 9 de março.

Os servidores reivindicam apenas a reposição inflacionária durante o governo Bolsonaro, embora estejam com salários congelados há pelo menos cinco anos. Segundo o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), 80% desses trabalhadores acumulam perdas inflacionárias desde 2017, e 20%, desde 2019.

Atrás de voto

No fim de 2021, Jair Bolsonaro (PL) sinalizou que daria aumento para as categorias ligadas à segurança pública, importante base eleitoral do atual governo. São cerca de 45 mil policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penais ativos atualmente. Já o seu ministro da Economia, Paulo Gue-

des, que em suas falas no ano passado classificou os servidores de vagabundos, não quer conceder nenhum aumento.

A ideia do reajuste apenas nos benefícios tem ganhado corpo no governo como forma de substituir a elevação dos salários de servidores, mas a categoria de poli-

ciais é importante para o presidente. Por isso, não se descarta que Bolsonaro acabe concedendo um aumento direcionado à categoria.

Estratégia covarde

Há especulações sobre uma eventual estratégia do presidente de aguardar até a véspera do iní-

cio das restrições legais neste ano para conceder os reajustes aos policiais. Como não haveria mais tempo para mudanças no Orçamento, os demais servidores não poderiam continuar pressionando o governo, porque não haveria respaldo legal a novos reajustes.

O atual texto da Lei de

Responsabilidade Fiscal (101/2001) determina que é nulo o ato que promova reajuste ou reestruturação de carreira a menos de seis meses do fim do mandato (fim de junho).

“Considerando que não há o menor consenso entre os principais dirigentes do governo, tudo pode ser feito, inclusive nada. Pode ser dado reajuste apenas às carreiras da segurança pública, lembrando que a conta apresentada pelo Ministério da Justiça é de 2,8 bi e não 1,7 bi (1,1 bi de diferença), como também pode ser aceita a sugestão do ‘reajuste de benefícios’, ou ainda, como já disse Bolsonaro, deixar para 2023”, avalia Vladimir Nepomuceno, ex-diretor do Diap e Dieese (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, respectivamente).

Foto: Renan Silva



EM BRASÍLIA, no ano passado, pressão dos servidores impediu 'reforma' administrativa

De olho na agenda

Para o início deste ano, o funcionalismo aprovou em plenária nacional virtual uma agenda de mobilização que começou a ser posta em prática no dia 2 de fevereiro, e que segue até 9 de março, data do início da greve. Confira: De 7 a 11 de fevereiro, ocorrerão assembleias estaduais e setoriais, plenárias regionais e atividades virtuais para deflagração do estado de greve. De 14 a 25 de fevereiro, Jornada de Lutas com estado de greve. Dia 9 de março, indicativo da Greve Nacional do Serviço Público.